

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL



CODEVASF – 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL

Juazeiro/BA

2017

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	3
2. INTRODUÇÃO	3
3. TERMOS BÁSICO	4
4. LEGISLAÇÃO APLICADA	5
5. OBJETIVO	7
6. METODOLOGIA	8
7. PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE E DE RACIONALIZAÇÃO DO USO DE MATERIAL E SERVIÇOS	9
8. IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES	21
9. RECURSOS NECESSÁRIOS	22
10. PLANO DE COMUNICAÇÃO E ENGAJAMENTO	22
11. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL DA 5. SR - CODEVASF	23
12. MECANISMOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AÇÕES IMPLEMENTADAS	24
13. DIVULGAÇÃO	24
14. ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL	24
15. CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
16. MEMBROS DA COMISSÃO PLS DA CODEVASF – 5ª SR	25

1. APRESENTAÇÃO

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF, Empresa pública, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede e foro no Distrito Federal e atuação nos Estados de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Goiás, Piauí, Maranhão e Ceará e no Distrito Federal, bem como nos Municípios do Estado de Alagoas que não se encontram no vale do rio São Francisco, constituída pela Lei nº 6.088, de 16 de julho de 1974, e alterada pelas Leis nº 9.954, de 6 de janeiro de 2000, nº 12.040, de 1º de outubro de 2009 e nº 12.196, de 14 de janeiro de 2010, nº 13.481 de 18 de setembro de 2017 e nº 13.507 de 17 de novembro de 2017, tem por missão institucional a promoção do desenvolvimento e a revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Paraíba, Mundaú, Jequiá, Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu e Pericumã, com a utilização sustentável dos recursos naturais e estruturação de atividades produtivas para a inclusão econômica e social.

As ações da Empresa visam à geração de emprego e renda, à redução dos fluxos migratórios e dos efeitos econômicos e sociais decorrentes de secas e inundações, a preservação dos recursos naturais das bacias hidrográficas aonde atua, tendo como o objetivo melhorar a qualidade de vida dos habitantes das regiões.

A CODEVASF tem a sua Sede em Brasília e suas Superintendências Regionais divididas e localizadas de acordo com sua área de atuação. A 1ª Superintendência (SR) localiza-se em Montes Claros – Minas Gerais, a 2ª SR em Bom Jesus da Lapa – BA, a 3ª SR em Petrolina – PE, a 4ª SR em Aracaju – SE, a 5ª SR em Penedo – AL, a 6ª SR em Juazeiro – BA, a 7ª SR em Teresina – PI e a 8ª SR em São Luís – Maranhão.

2. INTRODUÇÃO

O atual impacto das atividades realizadas pelas Empresas, governo e sociedade no meio ambiente exige a adoção de práticas de sustentabilidade. Com esse propósito e visando atender à legislação ambiental em vigor, a CODEVASF/6ª Superintendência Regional instituiu, por meio da Decisão nº 078, de 21 de outubro de 2016, a Comissão de Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS da CODEVASF/6ªSR (Anexo I).

O termo Sustentabilidade é usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a Sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

O presente PLS foi elaborado para a CODEVASF/6ªSR. A Comissão da CODEVASF/Sede deu apoio logístico às Superintendências conforme demandas e esclarecimentos à luz da legislação do PLS.

Desde novembro de 2010, a CODEVASF é certificada com o Selo Verde nas Categorias Ouro e Diamante, por meio da organização não-governamental Ecolmeia que reconhece a CODEVASF como uma instituição que busca a valorização humana e que se preocupa com as questões ambientais na promoção do desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, a elaboração do PLS da CODEVASF - 5ª/SR, além de atender aos requisitos da Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG) que estabelece regras para a elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS, de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, constitui uma ferramenta de planejamento de suas ações futuras e da intensificação das práticas de sustentabilidade já em curso na Empresa.

2.1. TERMOS BÁSICOS

Para os fins deste documento, considera-se:

Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS): ferramenta de planejamento com objetivos e responsabilidades definidas, ações, metas, prazos de execução e mecanismos de monitoramento e avaliação que permitem ao órgão ou entidade estabelecer práticas de sustentabilidade e racionalização de gastos e processos na Administração Pública;

Logística Sustentável: processo de coordenação do fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, que considera a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;

CrITÉRIOS de Sustentabilidade: parâmetros utilizados para avaliação e comparação de bens, materiais ou serviços em função do seu impacto ambiental, social e econômico;

Práticas de Sustentabilidade: ações que tenham como objetivo a construção de um novo modelo de cultura institucional, visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da Administração Pública;

Práticas de Racionalização: ações que tenham como objetivo a melhoria da qualidade do gasto público e contínua primazia na gestão dos processos;

Coleta Seletiva: coleta dos resíduos recicláveis descartados, separados na fonte geradora, para destinação às associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis;

Resíduos Recicláveis Descartados: materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pelos órgãos ou entidades da Administração Pública;

Material de Consumo: todo material que, em razão de sua utilização, perde normalmente sua identidade física e/ou tem sua utilização limitada há dois anos;

Material Permanente: todos os bens e materiais que, em razão de sua utilização, não perdem sua identidade física, mesmo quando incorporados a outros bens, tendo durabilidade superior a dois anos;

Inventário Físico-financeiro: relação de materiais que compõem o estoque onde figuram a quantidade física e financeira, a descrição e o valor do bem;

Compra Compartilhada: contratação para um grupo de participantes previamente estabelecidos, em que a responsabilidade de condução do processo licitatório e gerenciamento da ata de registro de preços será de um órgão ou entidade da Administração Pública ou da administração privada;

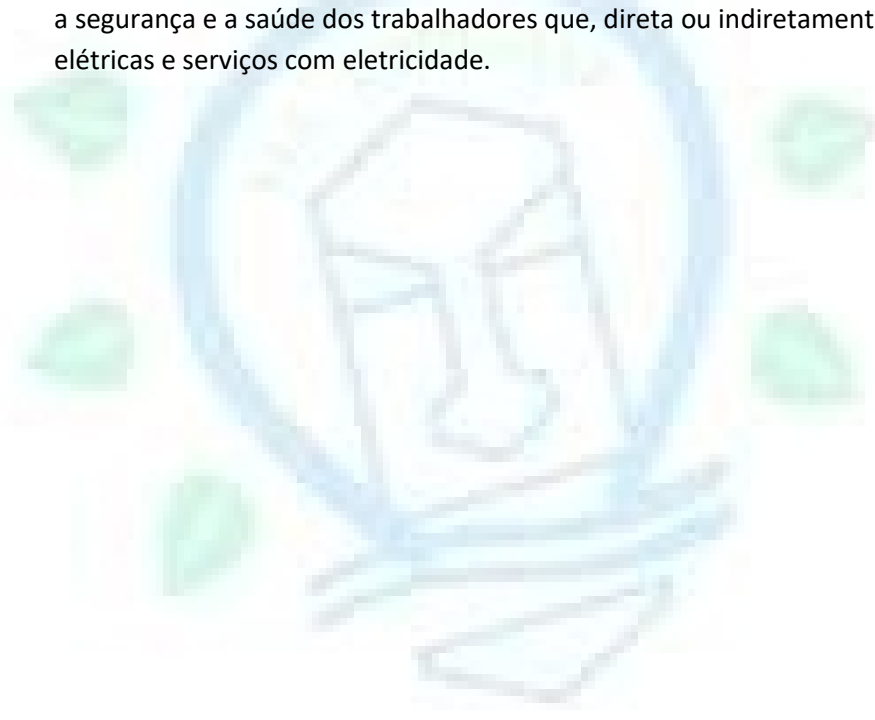
TI Verde ou Green IT: corresponde ao uso de Tecnologia da Informação com aplicabilidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

2.2. LEGISLAÇÃO APLICADA

- Constituição Federal de 1988 – Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações;
- Lei nº 8.666/1993 - Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências;
- Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências;
- Lei nº 10.520/2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nº 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Lei nº 12.462/2011 - Institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC;
- Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências;
- Lei nº 12.349, de 15 de dezembro de 2010, a qual altera o art. 3º da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, passando o artigo a vigorar da seguinte maneira: “Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”;
- Lei 13.303/2016 – Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- Decreto federal nº 99.658/1990 – Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;
- Decreto federal nº 1.048/1994 – Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática, da Administração Pública Federal, e dá outras providências;
- Decreto federal nº 1.094/1994 – Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais (SISG) dos órgãos civis da Administração Federal Direta, das autarquias e fundações públicas, e dá outras providências;

- Decreto federal nº 2.783/1998 – Dispõe sobre proibição de aquisição de produtos ou equipamentos que contenham ou façam uso das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO, pelos órgãos e pelas entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências;
- Decreto federal nº 4.059/2001 – Regulamenta a Lei nº 10.295 de 17 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia, e dá outras providências;
- Decreto federal nº 4.131/2002 – Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal;
- Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00 - Estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que determina a separação de resíduos recicláveis descartados de órgãos e entidades da Administração Pública Federal Direta e Indireta em benefício de associações e cooperativas de catadores de material reciclável;
- Decreto federal nº 6.204/2007 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e Empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras, no âmbito da administração pública federal;
- Decreto federal nº 7.174/2010 - Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela administração pública federal, direta ou indireta, pelas fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público e pelas demais organizações sob o controle direto ou indireto da União;
- Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, que regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela Administração Pública Federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP;
- Instrução Normativa nº 01/2010 – Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16 do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012;
- Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999, que estabelece a obrigatoriedade de procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequada para pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 – Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil;
- Resolução CONAMA nº 358, de 29 de abril de 2005 - Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências;
- Resolução da Diretoria Colegiada - RDC Nº 306, de 07 de dezembro de 2004 - Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde;

- Resolução RDC ANVISA nº 52/2009 - Dispõe sobre o funcionamento de Empresas especializadas na prestação de serviço de controle de vetores e pragas urbanas e dá outras providências;
- Portaria nº 02/2010-SLTI/MP – Dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologias da Informação no âmbito da Administração Pública Federal Direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- Portaria n.º 1.748, de 30 de agosto de 2011 – Dispõe elaborar e implementar Plano de Prevenção de Riscos de Acidentes com Materiais Perfurocortantes;
- Portaria nº 12/2013-SLTI/MP – Prorroga o prazo para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável – PLS, estabelecidos pela Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012;
- Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 – Estabelece boas práticas de gestão e uso de Energia Elétrica e Água nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dispõe sobre o monitoramento de consumo desses bens e serviços;
- Norma Regulamentadora nº 10 – NR 10 – Estabelece os requisitos e condições mínimas objetivando a implementação de medidas de controle e sistemas preventivos, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores que, direta ou indiretamente, interajam em instalações elétricas e serviços com eletricidade.



3. OBJETIVO

Elaborar e implantar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) na CODEVASF 5ª SR, de acordo com a Instrução Normativa nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPOG), que estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável.

3.1 Objetivos Específicos

Serão elaborados os planos de ações conforme alguns dos temas relacionados no art. 8º, da IN nº 10/2012.

Tema 1: energia elétrica;

Tema 2: água e esgoto;

Tema 3: material de consumo;

Tema 4: coleta seletiva;

Tema 5: qualidade de vida no trabalho; Tema 6: compras e contratações sustentáveis;

Tema 7: deslocamento de pessoal.

3.1.2 Adoção de Práticas de Sustentabilidade

Instituir no âmbito da Empresa uma mudança cultural no que diz respeito à inserção de diretrizes e critérios de sustentabilidade em seus processos, atividades e serviços, tais como:

- Atendimento ao princípio dos 5 R's (Repensar, Reduzir, Recusar, Reutilizar e Reciclar);
- Promoção e adoção de práticas de consumo sustentável e do pensamento do ciclo de vida dos produtos e serviços;
- Atendimento às normas ligadas à sustentabilidade e aos sistemas de gestão socioambiental;
- Opção pela ação que melhor se enquadre aos requisitos de sustentabilidade;
- Adoção e estabelecimento de normas e procedimentos uniformes para administração de fornecimento e gerenciamento de contratos, considerando, inclusive, aspectos de responsabilidade socioambiental;
- Adoção de princípios de responsabilidade socioambiental nos editais e contratos da Empresa; melhoria contínua dos processos de trabalho da cadeia de suprimento, por meio da racionalização dos métodos e foco na Gestão da Qualidade;
- Adoção diária quanto à mobilização e conscientização do seu corpo de empregados na utilização de práticas de compras e consumo mais sustentável.

As práticas de sustentabilidade acima relatadas deverão constar nos termos de referência (TR's) e Projetos Básicos (PB's), editais de licitação e contratos no âmbito da CODEVASF 6ª SR. Os critérios de sustentabilidade deverão ser revisados e observados pelas áreas competentes da Empresa.



4. METODOLOGIA

O PLS da CODEVASF/6ªSR foi elaborado por empregados da Empresa. Sua construção foi realizada de forma democrática e participativa, oportunizando a participação direta e indireta de todos os empregados da Empresa.

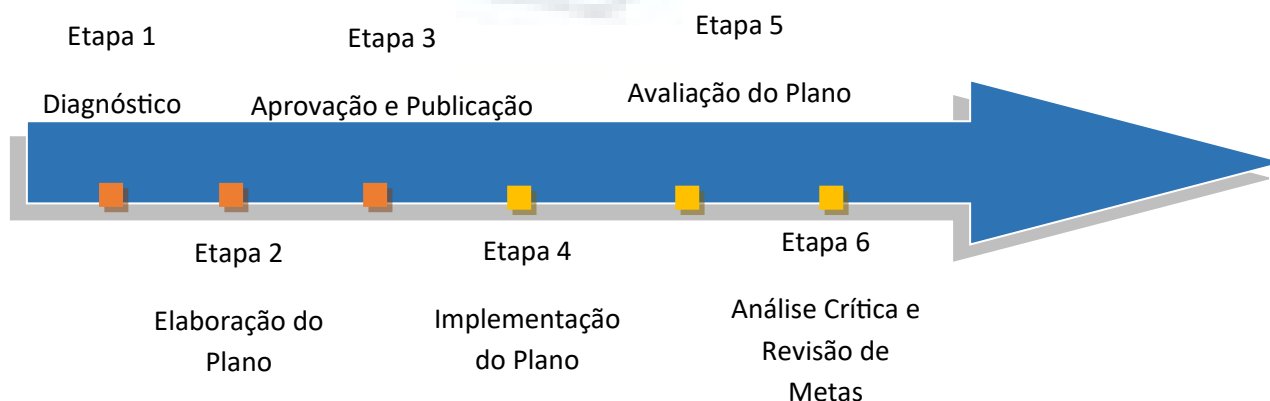
Teve como base a Cartilha da A3P – Agenda Ambiental na Administração Pública, o Manual Prático para Uso e Conservação de Água em Prédios Públicos, dentre outros disponibilizados no site do Ministério do Meio Ambiente – MMA, além do Plano de Logística Sustentável elaborado pelo CODEVASF/Sede.

Primeiramente, averiguou-se o inventário de bens da CODEVASF e paralelamente foi realizado um diagnóstico histórico-situacional, que envolveu o levantamento das principais ações e práticas de sustentabilidade já adotadas pela Empresa e dos dados sobre os gastos e consumo de água, energia elétrica, telefonia e transmissão de dados, e material de consumo, bem como, os contratos de prestação de serviço e levantamento das informações nas áreas da Empresa relacionada ao tema e serviços realizados no âmbito da CODEVASF/6ªSR.

Posteriormente, elaborou-se os planos de ações por tema quando o citado diagnóstico se constituiu, como a base de sustentação para a definição das diretrizes, ações e metas definidas no PLS, com a participação efetiva dos empregados. Nessa fase foram realizadas diversas reuniões periódicas, atas anexas (**Anexo II**)

O PLS - CODEVASF/6ªSR, de um modo geral, foi dividido em seis etapas ilustradas a seguir:

A Comissão de elaboração do PLS da CODEVASF/6ª SR seguiu as etapas 1, 2 e 3. As etapas seguintes, 4, 5 e 6 serão concluídas por uma comissão constituída para implantação e gestão do PLS.



Descrição das Etapas:

- Etapa 01 – Realizou-se o diagnóstico referente aos aspectos: inventário dos bens e materiais, identificando os que são sustentáveis e a otimização do uso de materiais e serviços. Nesta etapa também foram identificadas as ações de sustentabilidade já em curso na Empresa e como serão aprimoradas;
- Etapa 02 – A Comissão de elaboração contou com a participação de empregados da CODEVASF/6ªSR e colaboradores. Com base no que havia, compilou as ideias e incluiu algumas outras ações no Plano, como também foram identificados os responsáveis e prazos para a implementação das ações;
- Etapa 03 – O plano deverá ser aprovado e institucionalizado pelo Comitê Regional e posteriormente pela Diretoria Executiva da Empresa e após essa etapa publicado no site da CODEVASF, conforme art. 12 da IN nº 10/2012;
- Etapa 04 – Após cumprimento da Etapa 3 será formada comissão para implantação e gestão do PLS da CODEVASF/6ªSR. A implementação se dará conforme **Item 7 – Implementação das Ações;**
- Etapa 05 – A avaliação será realizada pela comissão de gestão do plano e será conforme **Item 10 - Mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Ações Implementadas;**
- Etapa 06 – Como o plano é contínuo e a cada 06 meses os resultados alcançados deverão ser publicados no site da CODEVASF, as metas, ações e indicadores serão constantemente revistos e reajustados pela Comissão de Gestão, se necessário.

5. Inventário de Bens e Materiais

A Gestão Patrimonial é um processo de fundamental importância para uma gestão eficaz e eficiente dos bens públicos. A Administração Pública tem o dever de aprimorar continuamente o nível de qualidade de seus meios patrimoniais e a preservar o meio ambiente, satisfazendo o interesse público e com foco na sustentabilidade ambiental. O grande desafio é, portanto, conciliar o atendimento das demandas e a preservação ambiental.

É imprescindível compreender que as medidas voltadas a garantir o desenvolvimento sustentável não surgiram para prejudicar ou impedir o crescimento e o desenvolvimento econômico, devendo ser tratadas como mais uma meta a ser atingida, no propósito de adotar práticas competitivas com a finalidade de agregar valores sustentáveis aos seus produtos e serviços.

Objetivando atender exigência legal é necessário manter registros que permitam identificar os bens do imobilizado, o valor original e os posteriores acréscimos ao custo, reavaliações e baixas parciais. Para isso, o controle patrimonial e os inventários totais ou parciais auxiliam na preservação e gestão de forma a adquirir uma conotação mais ampla que possa ser caracterizada como administração patrimonial.

Nos termos da Instrução Normativa nº 205, de 08 de abril de 1998, da Secretaria de Administração Pública da Presidência da República (IN SEDAP/PR nº 205/1998), o inventário físico é o instrumento de controle para a verificação dos saldos de estoques nos almoxarifados e depósitos, e dos equipamentos e materiais permanentes, em uso no órgão ou entidade.

Foi analisada e atualizada a classificação dos materiais de consumo quanto a sua sustentabilidade. A classificação é feita no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG do Governo Federal dentro da catalogação de material (Catmat). No **Anexo III** apresenta-se o Inventário de Materiais de Consumo referente ao exercício de 2016 e o Relatório de Inventário de Bens Patrimoniais (**Anexo IV**) referente ao exercício de 2016.

6. Práticas de Sustentabilidade e de Racionalização de Materiais e Serviços

6.1. Coleta Seletiva

Na Administração Pública Federal, a denominada Coleta Seletiva Solidária é uma ação conjunta entre o Governo Federal e as Cooperativas de Catadores de Papel. O Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, tem o propósito de inclusão social e redução de desigualdades, estabelecendo que os resíduos recicláveis, descartados pela

Administração, devem ser encaminhados às cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis, mesmo se o logradouro em que o órgão federal estiver tenha o sistema de coleta seletiva da municipalidade.

Em atendimento ao Decreto, será constituída uma comissão, composta por 06 membros, para acompanhar todas as etapas da coleta seletiva solidária na Superintendência, em conformidade com as regras para a destinação adequada dos Resíduos Sólidos produzidos pela Administração Pública.

A CODEVASF/6ªSR selará um Termo de Compromisso com uma associação de catadores de papel que se interesse em receber o material selecionado. No momento entramos em contato com a Cooperfit, que se mostrou disposta a receber o papel para reciclagem. A 6ª SR já começou a separação do papel utilizado, a coleta dos materiais recicláveis é realizada uma vez por semana e são armazenados em local apropriado e seguro, protegido contra intempéries e ações de degradação, até que se tenha acumulado um volume ideal para coleta pela cooperativa.

Também, ocorre a separação de lâmpadas inservíveis que são recolhidas, estocadas em lugar apropriado e posteriormente destinados de forma correta para descarte.

Finalidades da Comissão da Coleta Seletiva Solidária:

I – Sensibilizar os empregados da Empresa quanto à gestão adequada dos recursos públicos, o combate ao desperdício, a responsabilidade social e a melhoria da qualidade do seu ambiente de trabalho;

II – Implantar a coleta seletiva solidária dos resíduos descartados pelas Unidades da Superintendência Regional, bem como a destinação adequada às associações e/ou cooperativas dos catadores de materiais recicláveis;

III – Acompanhar a implantação da coleta seletiva solidária em todas as suas etapas:

- ✓ no diagnóstico, no planejamento da infraestrutura para seleção de materiais e para a coleta diferenciada dos resíduos;
- ✓ na sensibilização e educação permanente dos empregados ;
- ✓ no armazenamento temporário dos materiais;
- ✓ na retirada do material;
- ✓ no monitoramento de todas etapas do processo.

Ações previstas para Coleta Seletiva

Objetivos

Promover o descarte adequado de todo resíduo gerado na Empresa, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observando os termos referentes à logística reversa – Art. 33.

Metas

- 1 - Elevar em 10% a separação e destinação ambientalmente correta de materiais recicláveis até 31/12/2017;
- 2 - Elevar em 20% a separação e destinação ambientalmente correta de materiais recicláveis até 31/12/2018;
- 3 - Elevar em 50% a separação e destinação ambientalmente correta de materiais recicláveis até 31/12/2019;
- 4 - Elevar em 80% a separação e destinação ambientalmente correta de materiais recicláveis até 31/12/2020;
- 5 – Garantir até 31/12/2017, que 10% do resíduo gerado na empresa, tanto materiais recicláveis, quanto materiais não recicláveis sejam separados e destinados de maneira ambientalmente correta*;
- 7 – Garantir até 31/12/2018, que 30% do resíduo gerado na empresa, tanto materiais recicláveis, quanto materiais não recicláveis sejam separados e destinados de maneira ambientalmente correta*;
- 8 – Garantir até 31/12/2019, que 50% do resíduo gerado na empresa, tanto materiais recicláveis, quanto materiais não recicláveis sejam separados e destinados de maneira ambientalmente correta*;

* Todo resíduo gerado deverá ser acondicionado em local apropriado, em coletores coloridos, conforme código de cores estipulado na **Resolução CONAMA nº 275**, de 25 de abril de 2001.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Formalizar parceria com órgãos/Empresas/Associações próximos à Codevasf para efetuar o recolhimento dos materiais recicláveis (papel, plástico, pilhas, baterias, materiais de TI, dentre outros e lâmpadas fluorescentes). ²	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da comissão do PLS	Aprovaçã o do PLS	-
2	Disponibilizar coletores de pilhas, baterias e baterias de celular nos andares.	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da comissão do PLS	Aprovaçã o do PLS	-
3	Adquirir, quando necessário, pilhas e baterias recarregáveis “Low Self Discharge” (LSD) de Lithium. ² (VERIFICAR	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovaçã o do PLS	-
4	Adquirir e implantar coletores de	CONTÍNUA	AA/GSA/USA,	Aprovaçã	-

	resíduos para copa, restaurante e área externa da Empresa. ¹		Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da comissão do PLS	o do PLS	
5	Elaborar e implantar um sistema de monitoramento e avaliação dos dados de recolhimento da Coleta Seletiva, visando divulgação junto aos empregados. ²	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovaçã o do PLS	-
6	Formalizar parceria com órgão/Empresas próximos à Codevasf para coleta seletiva. ²	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, AA/GSA/USA	Aprovaçã o do PLS	-
7	Elaborar e Implantar projeto para instalação de Estação de Coleta Seletiva, como urnas para disposição de lâmpadas, pilhas, vidros, baterias, dentre outros. ²	CONTÍNUA	AA/GSA/USA, Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovaçã o do PLS	-
8	Estabelecer no termo de referência, edital e contrato de serviços gerais/limpeza para a implantação nas copas, lixeiras para separação do lixo orgânico e reciclável. ²	CONTÍNUA	6ª GRA/USA (contrato dos serviços de limpeza), com apoio da comissão da coleta seletiva solidária	Aprovaçã o do PLS	-
9	Intensificar campanhas de sensibilização e conscientização com vistas à redução dos resíduos sólidos gerados na Empresa. ²	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, 6ª CP, com apoio da comissão do PLS	Aprovaçã o do PLS	-
10	Monitorar o descarte e recolhimento das embalagens vazias, para os serviços de jardinagem e dedetização predial. ²	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, com apoio da comissão da coleta seletiva solidária	Aprovaçã o do PLS	-

1 - As estações de coleta seletiva ficarão em local visível e externo ao prédio.

2 - A comissão ficará responsável pelo monitoramento dessas ações.

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Destinação de Papel e papelão para Reciclagem	Quantidade (kg)	ANUAL
Destinação de Pilhas, Baterias e Lâmpadas	Quantidade (unid.)	
Destinação de Lâmpadas Fluorescentes para Reciclagem	Quantidade (unid.)	
Destinação de toner para Reciclagem	Quantidade (unid.)	

6.2. Materiais em Geral

Os materiais de expediente de maneira geral, como grampeadores, pastas, clipes, dentre outros, são adquiridos por meio de licitação e distribuídos aos empregados, conforme solicitação, por meio de um sistema informatizado denominado Sistema Integrado de Administração de Materiais e Patrimônio - SIAMP.

a) Ações previstas para redução do consumo de Materiais de Expediente

Objetivo

Adotar processo de compras de materiais de expediente visando a redução de gastos, a inserção gradual de critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência e a promoção do consumo consciente pelos empregados da CODEVASF/6ªSR.

Além dos papéis, dos copos descartáveis e dos cartuchos/toners, o PLS DA CODEVASF/6ªSR tem por objetivo conscientizar os empregados e colaboradores da Empresa e elevar o quantitativo de materiais do almoxarifado enquadrados nos critérios de sustentabilidade, tornando dessa forma eficiente o processo de compras de materiais de expediente para redução de gastos e seu descarte de forma ambientalmente correta.

Metas

- 1 – Elevar em 5% o quantitativo de materiais do almoxarifado enquadrados nos critérios de sustentabilidade até 31/12/2018;
- 2 – Elevar em 10% o quantitativo de materiais do almoxarifado enquadrados nos critérios de sustentabilidade até 31/12/2019;
- 3 – Elevar em 15% o quantitativo de materiais do almoxarifado enquadrados nos critérios de sustentabilidade até 31/12/2020;
- 4 – Elevar em 20% o quantitativo de materiais do almoxarifado enquadrados nos critérios de sustentabilidade até 31/12/2021;
- 5 – Reduzir em 5% o consumo de material de expediente até 31/12/2017;
- 6 – Reduzir em 10% o consumo de material de expediente até 31/12/2018;
- 7 – Reduzir em 20% o consumo de material de expediente até 31/12/2019;

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Campanhas de sensibilização para redução de desperdícios de materiais de expediente, evitando obsolescência e baixa por perda.	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA, 6ª/CP, Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
2	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos, critérios de sustentabilidade ambiental, para aquisição de materiais	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA, 6ª/SL, 6ª/AJ, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

	de expediente, nos termos da IN Nº 01/2010 - SLTI/MPOG.				
3	Realizar o descarte de materiais de expediente, dentre outros, conforme Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos.	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA, Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovação do PLS	-
4	Atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição. ¹	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA	Aprovação do PLS	-
¹ - Cumprimento do art. 5º, inciso I da IN nº 10/2012.					

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Materiais de almoxarifado sustentáveis	Quantidade de materiais de almoxarifados inseridos nos critérios de sustentabilidade	ANUAL

6.3. Papel

Na condição de grande consumidora de papel, a Administração Pública Brasileira deve assumir uma postura de liderança e promover, por meio de exemplos, as transformações necessárias para uma gestão pública sustentável e de alto desempenho.

O uso do papel na elaboração, comunicação e registro dos trabalhos da CODEVASF é uma necessidade, que até o momento, não há solução para substituição de tal procedimento, mas o consumo desse bem material deve ser reduzido com o emprego de práticas de redução.

A seguir, apresentam-se, algumas ações que estão sendo realizadas pela 6ª SR:

- Separação do papel: feita por meio de caixas coletoras localizadas pontualmente nas mesas dos empregados e embaixo de impressoras e copadoras localizadas nos setores;
- Recolhimento do papel: O recolhimento nos setores é realizado uma vez por semana. O material coletado é armazenado em local apropriado para posterior coleta pela cooperativa cadastrada.

b) Ações previstas para redução do consumo de Papel

Objetivo

Adotar processos de compra das resmas de papel visando à redução de gastos, a inserção gradual de critérios de sustentabilidade nos Termos de Referência e a promoção do consumo consciente pelos empregados da CODEVASF/6ªSR.

Metas

- 1 - Reduzir em 10% o consumo de papel até 31/12/2017;
- 2 - Reduzir em 15% o consumo de papel até 31/12/2018;
- 3 - Reduzir em 50% o consumo de papel até 31/12/2019;
- 4 - Introduzir até 31/12/2018 o uso de papel reciclado na Empresa;
- 5 - Garantir que até 31/12/2017, 10% de todo papel adquirido pela Empresa seja encaminhado para cooperativa de reciclagem;
- 6 - Garantir que até 31/12/2018, 30% do papel adquirido pela Empresa seja encaminhado para cooperativa de reciclagem;
- 7 - Garantir que até 31/12/2020, 50% do papel adquirido pela Empresa seja encaminhado para cooperativa de reciclagem.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Realizar campanhas de sensibilização para redução de desperdícios de papel.	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, 6ª/CP, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
2	Adquirir papéis reciclados, isentos de cloro elementar ou branqueados a base de oxigênio, peróxido de hidrogênio e ozônio.	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA	Aprovação do PLS	-
3	Adquirir e implantar scanner em todos os setores, para diminuir o uso de documento impresso por documento digital.	TEMPORÁRIA	6ª/GRA/USA e 6ª/GRG/UTI	Aprovação do PLS	31/12/2019
4	Realizar campanhas de sensibilização, visando o uso de mídias eletrônicas.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI, 6ª/CP, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Consumo - A4	Quantidade de resmas de papel utilizadas	ANUAL
Gasto com aquisição de papel	Valor gasto com a compra de papel	

6.4. Copos descartáveis

Apresentam-se, a seguir, algumas ações que já foram realizadas pontualmente na Empresa, e que necessitam ser sistematizadas:

- Substituição dos copos descartáveis por copos reutilizáveis: foram realizadas pelas Unidades 6ª/CP, 6ª/GRA/USA e 6ª/GRR/UMA, algumas campanhas para sensibilizar aos empregados sobre a importância da redução do uso do copo descartável. Para intensificar esse trabalho, foram entregues aos empregados copos em plástico rígido e canecas térmicas;
- Reduzir a quantidade de copos descartáveis fornecidos pelo órgão: além do fornecimento dos copos e xícaras, foram retirados dos corredores os copos descartáveis e reduzida a quantidade de copos descartáveis oferecidos aos empregados durante o expediente.

Ações previstas para redução do consumo de copos descartáveis

Para alcançar os objetivos do tema, a redução do uso de copos descartáveis será de forma gradativa, por meio da mobilização com a participação consciente, engajada e comprometida da comunidade da CODEVASF/6ªSR.

Os copos descartáveis somente serão disponibilizados para visitantes, e posteriormente substituídos por copos reutilizáveis. Cada empregado deverá ter sua xícara e seu copo de vidro ou material da sua escolha.

Objetivo

Reforçar, implementar e sistematizar campanhas de sensibilização, por meio de ações voltadas aos empregados e colaboradores da CODEVASF/6ªSR visando à diminuição e a substituição gradual de copos plásticos descartáveis por reutilizáveis.

Metas

- 1 – Reduzir em 50% o consumo de copo descartável até 31/12/2017;
- 2 – Reduzir em 75% o consumo de copo descartável até 31/12/2018;
- 3 – Reduzir em 90% o consumo de copo descartável até 31/12/2019;
- 4 – Garantir até 31/12/2020, que 50% o copo descartável utilizado na Empresa, seja de material biodegradável;
- 5 – Garantir até 31/12/2021, que 100% o copo descartável utilizado na Empresa, seja de material biodegradável.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Intensificar por meio de Campanhas institucionais para o uso das canecas e/ou copos reutilizáveis em substituição aos descartáveis.	CONTÍNUA	Comissão de Coleta Seletiva Solidária, 6ª/CP, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
3	Adquirir e implantar os coletores para a copa, para o armazenamento dos copos descartáveis utilizados pelos empregados.	TEMPORÁRIA	6ª/GRA/USA	Aprovação do PLS	Realizado
4	Disponibilizar em pontos estratégicos, para os visitantes, mesas com copos de vidros reutilizáveis. ¹	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA, Contratada para os serviços gerais, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

¹ - A lavagem dos copos será de responsabilidade dos serviços gerais/copa. Essa ação deverá estar explícita no termo de referência, edital e contrato dos serviços gerais/copa.

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Consumo de copos descartáveis	Quantidade de copos descartáveis utilizados	ANUAL
Gasto com aquisição de copos descartáveis	Valor gasto com a compra de copos descartáveis	

6.5. Cartuchos de impressão e material de Tecnologia da informação

Com relação aos cartuchos de impressoras temos que trabalhar sobre diversos aspectos:

1. A economia das tintas dos cartuchos ou toners da impressora. Com a configuração correta das impressoras:

1.1. Deve ser tratado por cada usuário no momento de utilizar a impressora e na hora de configurá-la. A 6ªUTI disponibilizou o uso de ecofontes que permitem otimizar o gasto da tinta, comparativamente a outros tipos de fontes; além de sugerir a impressão em modo RASCUNHO ou impressão RÁPIDA. Este modo reduzirá a qualidade de impressão, sem comprometer a leitura do documento, e proporciona a economia de tinta.

2. A compra de equipamentos mais eficientes com relação ao consumo de tinta de seus cartuchos:

2.1. Deve ser trabalhado pela equipe técnica no momento da aquisição e especificação dos equipamentos, buscando sempre aquele que apresentar o melhor desempenho comparativo a outros quanto ao quesito economia de cartuchos ou toners.

3. Mudança de hábitos dos empregados:

3.1. Mudança de hábito dos empregados e fazer com que eles só imprimam quando necessário. Cada um deverá avaliar antes de imprimir o seu documento e considerar os seguintes fatores:

- É possível diminuir o tamanho das letras?
- É possível reduzir o tamanho das imagens?
- É necessário imprimir a cores? Ou é suficiente a impressão utilizando somente tinta preta?
- É possível usar os dois lados da folha?
- É possível utilizar uma fonte que demande menor consumo de tinta?

Além disso, evitar ao máximo a tramitação por meio físico, utilizando os programas corporativos que a Codevasf já tem e vem melhorando, com a implantação de certificação e assinaturas digitais.

4. O processo de descarte dos cartuchos

4.1. Atualmente não há metodologia estabelecida para o descarte do material de Tecnologia da Informação (TI) na CODEVASF/6ªSR. Sendo necessário cadastrar Cooperativa de Catadores, para recolhimento de materiais recicláveis.

Para o descarte adequado de materiais de TI deverão ser observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010 e a Portaria SLTI/MP Nº 02, 16 de março de 2010 que dispõe sobre as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.

Portaria SLTI/MP Nº 02, 16 de março de 2010:

Art. 1º Os órgãos integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (SISP) devem observar as especificações padrão de bens de Tecnologia da Informação nas suas aquisições, disponíveis na rede mundial de computadores no endereço:

<http://www.governoeletronico.gov.br/sisp-conteudo/especificacoes-tic>.

*§1º Em atendimento à Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010 da SLTI/MP, contemplar preferencialmente as especificações de bens citadas com configurações aderentes aos computadores sustentáveis, também chamados **TI Verde**, utilizando assim materiais que reduzam o impacto ambiental.*

Observar os termos do art. 33, referente à logística reversa:

Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010:

Art. 33. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

.....
VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Objetivos

Reforçar, implementar e sistematizar ações de sensibilização aos empregados e colaboradores da CODEVASF/6ªSR visando o uso consciente dos recursos de impressão da Empresa, em atendimento às novas diretrizes governamentais de sustentabilidade ambiental.

Metas

- 1 - Reduzir em 5% o consumo de cartuchos até 31/12/2017;
- 2 - Reduzir em 10% o consumo de cartuchos até 31/12/2018;
- 3 - Reduzir em 50% o consumo de cartuchos até 31/12/2021;
- 4 - Garantir até 31/12/2017, que 15% dos materiais de TI sejam descartados de forma ambientalmente correta;
- 5 - Garantir até 31/12/2018, que 25% dos materiais de TI sejam descartados de forma ambientalmente correta;
- 6 - Garantir até 31/12/2019, que 30% dos materiais de TI sejam descartados de forma ambientalmente correta;
- 7 - Garantir até 31/12/2020, que 50% dos materiais de TI sejam descartados de forma ambientalmente correta.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos, critérios de sustentabilidade ambiental, na aquisição de materiais de informática.	CONTÍNUA	6ª/GRA/USA, 6ª/GRG/UTI, 6ª/AJ, 6ª/SL, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
2	Instalar impressoras com: fita tintada ¹ .	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI	Aprovação do PLS	-
3	Intensificar a manutenção ou substituição das impressoras, em razão da eficiência.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI	Aprovação do PLS	-
4	Padronizar as impressoras para o uso da impressão frente e verso.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI	Aprovação do PLS	-
5	Destinar adequadamente os materiais de TI, conforme Política Nacional de Resíduos Sólidos.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI, Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

6	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos cláusula informando sobre a responsabilidade do recolhimento e destinação final de materiais de TI, conforme art. 33 da Política Nacional de Resíduos Sólidos.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI, 6ª/SL, 6ª/AJ, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
7	Implementar o uso da Ecofonte em todos os computadores da Codevasf. ²	TEMPORÁRIA	6ª/GRG/UTI	Após aprovação do PLS	Disponibilizado em junho de 2016.
8	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos cláusula de aquisição de cartuchos com configurações aderentes aos computadores sustentáveis - TI Verde, em atendimento à Instrução Normativa nº 01, de 19/01/2010, da SLTI/MP.	CONTÍNUA	6ª/GRG/UTI, 6ª/GRA/USA, 6ª/AJ, 6ª/SL, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

¹ - A instalação do material permite a redução no consumo, pois a solução dessas impressoras é térmica.

² - A Ecofont trabalha com a sua fonte normal e imprime usando a sua variante de poupança de tinta.

O software Ecofont é muito fácil de instalar e utilizar. Com sistema é possível economizar 50% de tinta ou toner.

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Consumo de cartuchos de impressoras	Quantidade de cartuchos utilizados	ANUAL
Gasto com aquisição de cartuchos de impressora	Valor gasto com cartuchos de impressora	

6.6. Compras e Contratações Públicas Sustentáveis

Trata-se de política de Contratações Públicas que leve em consideração critérios ambientais, econômicos e sociais em todos os estágios do processo de contratação, transformando o poder de compra do Estado em instrumento de proteção ao meio ambiente e de desenvolvimento econômico e social. Consideram critérios de sustentabilidade, ou seja, critérios fundamentados no desenvolvimento econômico e social e na conservação do meio ambiente.

c) Ações previstas para Compras e Contratações Sustentáveis

Objetivos

Adequar as atividades ligadas às Compras e Contratações Sustentáveis às novas diretrizes governamentais de sustentabilidade ambiental, otimizando o processo de contratação e inclusão de critérios de sustentabilidade em seus contratos.

Metas

- 1 – Garantir até 31/12/2017, que 5% das compras da Empresa sejam realizadas de forma sustentável;
- 2 – Garantir até 31/12/2019, que 10% das compras da Empresa sejam realizadas de forma sustentável;
- 3 – Garantir até 31/12/2020, que 20% das compras da Empresa sejam realizadas de forma sustentável;
- 4 – Garantir até 31/12/2018, que em 10% dos editais e contratos, constem critérios de sustentabilidade;
- 5 – Garantir até 31/12/2023, que em 20% dos editais e contratos, constem critérios de sustentabilidade;

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Adequar e intensificar às compras e contratações sustentáveis, nos termos da IN Nº 01/2010 - SLTI/MPOG.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA e 6ªSL	Aprovação do PLS	-
2	Atualizar o inventário de bens, visando à troca de materiais de expediente e outros por materiais sustentáveis.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
3	Fomentar as compras compartilhadas nos termos da IN Nº 01/2010 - SLTI/MPOG.	CONTÍNUA	6ªSL	Aprovação do PLS	-

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Compras e contratos com critérios de sustentabilidade	Quantidade de compras e contratos abordando as novas práticas sustentáveis	ANUAL

6.7. Obras e Manutenção predial

A manutenção predial é realizada por meio de contratos com Empresas especializadas nos serviços necessários à manutenção preventiva, corretiva, preditiva, serviços eventuais e conservação do edifício-sede da CODEVASF/6ª/SR, com fornecimento de mão de obra,

material, peças e componentes de reposição, dos equipamentos e das instalações prediais elétricas. E é realizada visando à redução de custos com manutenção corretiva.

d) Ações previstas para Manutenção predial

Objetivo

Realizar reformas e manutenção predial prevendo maior flexibilidade espacial, conforto ambiental e menor impacto ao meio ambiente.

Metas

- 1 – Garantir até 31/12/2017, que 5% dos Termos de Referências/Projetos básicos, editais e contratos, possuam critérios de sustentabilidade aplicáveis aos materiais e serviços (no que couber) inerentes aos projetos de engenharia para reformas e obras na manutenção predial;
- 2 – Garantir até 31/12/2019, que 10% dos Termos de Referências/Projetos básicos, editais e contratos, possuam critérios de sustentabilidade aplicáveis aos materiais e serviços (no que couber) inerentes aos projetos de engenharia para reformas e obras na manutenção predial;
- 3 – Garantir até 31/12/2020, que 20% dos Termos de Referências/Projetos básicos, editais e contratos, possuam critérios de sustentabilidade aplicáveis aos materiais e serviços (no que couber) inerentes aos projetos de engenharia para reformas e obras na manutenção predial.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Estabelecer nos Termos de Referências/Projetos Básicos, Edital e Contrato, a adoção de critérios ambientais conforme legislação vigente quanto à destinação e gerenciamento adequado de resíduos remanescentes de obras e serviços realizados.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, 6ªSL, 6ªAJ, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
2	Realizar reformas e manutenção predial prevendo maior flexibilidade espacial, conforto ambiental e menor impacto ao meio ambiente.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-

4	Utilizar, quando possível, materiais duráveis, certificados e sustentáveis, preferencialmente reciclados e de origem de recursos naturais renováveis, nas obras e reformas.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
5	Destinar adequadamente os resíduos gerados nas reformas para acondicionamento, reutilização e/ou reciclagem.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, Comissão da Coleta Seletiva Solidária, com apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
6	Intensificar rotina de manutenção predial para localização de fontes de desperdícios.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
7	Executar os serviços de dedetização em conformidade com os requisitos de licenciamento, procedimentos e práticas operacionais definidos na Resolução RDC ANVISA nº 52/2009.	CONTÍNUA	Empresa contratada, com supervisão da 6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
8	Realizar adequadamente o descarte e recolhimento das embalagens vazias, para os serviços de dedetização predial. ¹	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, com apoio da comissão da coleta seletiva solidária	Aprovação do PLS	-
¹ - Essa ação é obrigação da Empresa contratada para dedetização.					

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Manutenção Predial	Número de contratos com inserção de critérios de sustentabilidade	ANUAL

6.8. Serviço de telecomunicações em geral

O serviço de telecomunicações em geral é realizado por meio de diversos contratos, os quais dispõem dos seguintes serviços:

- Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC na modalidade DDR local; Serviço móvel Pessoal local;
- Serviços de Longa Distância Nacional e Internacional - LDN/LDI originado de móvel e fixo;
- Serviços de acesso móvel à Internet – modem (modulador e demodulador);
- Serviços de acesso à Internet.

O Serviço de telecomunicações é de fundamental importância nas atividades do órgão. São disponibilizados aos usuários todos os recursos de comunicação de forma integrada, seja por voz, vídeo, fax, e-mail ou comunicações móveis, como o celular. Esses recursos proporcionam a comunicação integrada por quaisquer dispositivos e aumentam significativamente a capacidade de tomada de decisão no menor tempo.

Esse serviço na Empresa em geral é realizado por meio de contratos com Empresas especializadas, as quais dispõem de diversos serviços, a exemplo de: serviço de telefonia fixa para longa distância, nacional e internacional, serviço de rede de telecomunicação, serviço MPLS e serviço de celular corporativo.

6.8.1 Telefonia Fixa LDN

O serviço de telefonia fixa LDN é o que mais consome recursos neste segmento, sendo assim, é o foco deste plano a busca da economicidade a ser alcançada nessa modalidade.

Verifica-se, também, que dentre os serviços oferecidos os que mais oneram o contrato, são os serviços de ligações locais móveis, e serviço de ligações longa distância via celular.

e) Ações previstas para redução de gastos com telefonia fixa

Implantar gradativamente, facilidades à Central Telefônica tais como, acessos de saída por troncos de celular, para reduzir as ligações de fixo-celular, como também, implementar programação de redirecionamento das ligações para as localidades da Empresa, que já possuem rede VOIP e configurações de bloqueio de ligações à cobrar e configuração de ramais para ligações celulares.

Metas

- 1 – Reduzir até 31/12/2018, em 5% os custos com a telefonia fixa e móvel;
- 2 – Reduzir até 31/12/2019, em 7% os custos com a telefonia fixa e móvel;

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Implementar mecanismos para triagem e direcionamento de ligações entre celulares da mesma operadora.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA e 6ªGRG/UTI	Aprovação do PLS	-
2	Sensibilizar os empregados, por meio de campanhas institucionais para o uso racional dos serviços com o foco nas ligações via VOIP.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, 6ªCP,6ªGRG/UTI, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

Indicadores:

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Consumo com telefonia	Valor (R\$) gasto com ligações celulares	ANUAL
Consumo com telefonia	Valor gasto com telefonia	
Comparativos de gastos dos anos de 2015 com 2016	Valor (R\$) gasto com telefonia	

6.9 Vigilância

A vigilância é realizada por Empresa especializada na prestação dos serviços de vigilância armada e desarmada, a serem executados de forma contínua.

Esse serviço é essencial para assegurar a integridade física dos servidores; garantir a segurança do público em geral; bem como a integridade do patrimônio público (instalações, equipamentos, acervo documental), não permitindo a sua deprecação, violação, evasão, apropriação indébita e outras ações que redundem em dano ao patrimônio público.

Visando um controle efetivo de toda a movimentação no Edifício da 6ªSR, os vigilantes são alocados em pontos estratégicos de entrada e saída de pessoas, veículos e materiais, garantindo assim um maior controle do acesso às dependências do prédio. Nos pontos de acesso do edifício, para auxiliar a prestação do serviço de vigilância, foram colocados pontos de acesso eletrônicos.

a) *Ações previstas para redução de gastos com serviços de vigilância*

Implementar práticas sustentáveis no desenvolvimento dos serviços de vigilância.

Metas

1 – Garantir até 31/12/2019, que 90% do contrato de terceirização dos serviços de vigilância possua critérios de sustentabilidade ambiental e esteja em acordo com as Normas de Segurança do Trabalho.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Proibir a utilização do posto de entrada da Codevasf para guarda de bens particulares de empregados ou de terceiros.	TEMPORÁRIA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
2	Inserir, nos Termos de Referências, Edital e Contrato, conteúdo específico de segurança do trabalho e critérios de sustentabilidade em conformidade a IN SLTI/MPOG, nº 1/2010.	TEMPORÁRIA	6ªAA/GSA/USA, 6ªAJ, 6SL, com apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019
3	Realizar e divulgar, anualmente, pesquisa de satisfação dos empregados e colaboradores com o serviço de vigilância.	TEMPORÁRIA	6ªGRA/USA, com apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019
4	Estabelecer nos Termos de Referências, Edital e Contrato de vigilância, que a Empresa contratada realize o descarte correto de baterias dos rádios comunicadores dos vigilantes, conforme legislação vigente.	TEMPORÁRIA	6ªGRA/USA, Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019

Indicadores:

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Nível de satisfação dos empregados e colaboradores	Percentual de satisfação	ANUAL

6.10. Serviços Gerais

O serviço de limpeza é prestado por Empresa especializada, em limpeza, higiene e conservação de bens móveis/imóveis, com fornecimento de materiais.

De maneira a obter melhor resultado e economia nos gastos, a execução dos serviços é fiscalizada e o uso dos materiais é controlado. Dessa forma, torna-se possível a realização das práticas de sustentabilidade.

a) Ações previstas para redução de gastos com serviços de limpeza

Implementar práticas sustentáveis de consumo de materiais e de racionalização de recursos no desenvolvimento dos serviços de limpeza e conservação.

Metas

1 – Garantir até 31/12/2017, que 90% dos Termos de Referências, editais e contratos, possuam critérios de sustentabilidade aplicáveis ao Contrato de Serviços Gerais (no que couber).

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Estabelecer no termo de referência, edital e contrato de serviços gerais/limpeza, a adoção de procedimentos que promovam o uso racional dos recursos e utilização de produtos reciclados, reutilizáveis e biodegradáveis. ¹	TEMPORÁRIA	6ªGRA/USA, 6ªAJ, 6ªSL, Comissão de Coleta Seletiva Solidária, com apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019
2	Manter e monitorar a fiscalização para uso de produtos e materiais biodegradáveis e ambientalmente sustentáveis.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA e Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovação do PLS	-
3	Estabelecer no termo de referência, edital e contrato de serviços gerais/limpeza, treinamento periódico da equipe contratada sobre educação ambiental e práticas de sustentabilidade. ²	TEMPORÁRIA	6ªGRA/USA, com o apoio da Comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019
4	Destinar adequadamente os resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação. ³	CONTÍNUA	6ªGRA/USA e Comissão de Coleta Seletiva Solidária	Aprovação do PLS	-

5	Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada de acordo com a Lei nº 9.433/97	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
6	Estabelecer no termo de referência, edital e contrato de serviços gerais/limpeza, que sejam implantadas nas copas as lixeiras para separação do lixo orgânico e reciclável.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA 6ªAJ, 6ªSL, comissão da coleta seletiva solidária, Comissão do PLS	Aprovação do PLS	-

¹ - Exemplos: desinfetantes, detergentes, ceras, dentre outros.

² - O treinamento das práticas inclui: manejo racional (água, energia elétrica, material de limpeza e outros), separação dos resíduos gerados, uso dos trituradores para geração de composto orgânico, uso dos triturados para recolhimento do papel reciclável, evitar desperdícios e emissão de poluentes.

³ - Esse material deverá ser recolhido e armazenado em local adequado para posterior destinação correta, em atendimento da Política Nacional de Resíduos Sólidos Lei nº 12.305, de 02 de agosto de 2010. A comissão de coleta seletiva solidária ficará responsável pelo monitoramento dessas ações.

Indicadores:

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Treinamentos dos empregados da contratada para os serviços de limpeza, sobre educação ambiental e práticas de sustentabilidade.	Número de treinamentos	ANUAL
Participação dos empregados da contratada para os serviços de limpeza, sobre educação ambiental e práticas de sustentabilidade.	(Quantidade de empregados que participaram dos treinamentos) x 100	

6.10. Água e Esgoto

Cada vez mais a humanidade tem reconhecido o valor do recurso natural água, principalmente por que a demanda tem crescido muito no último século e a degradação das bacias hidrográficas e a poluição dos mananciais têm reduzido sua oferta.

É consenso global que todas as pessoas e as organizações e governos que participam precisam colaborar com o uso racional da água e a preservação das fontes dos recursos hídricos. Sabe-se que toda porção do território, seja urbana ou rural, tem influência na qualidade e quantidade deste bem fundamental. Todos precisamos fazer o “dever de casa” e não é diferente em nossa empresa, sobretudo em nossas instalações.

A sede da 6ª Superintendência Regional (6ª SR) da Codevasf localiza-se em Juazeiro/ BA, em meio ao semiárido brasileiro, região de pluviosidade irregular, com média anual de aproximadamente 440 mm e desvio padrão de 191 mm (ANA, 2013). Tornar os edifícios mais eficientes no uso da água é um desafio e meta para toda a humanidade, sobretudo em regiões com tamanho déficit hídrico. Além disso, por ser uma empresa pública, tem obrigação de ser um exemplo à sociedade.

Objetivos

Racionalizar o consumo e os custos com água mediante a adoção de práticas e tecnologias mais eficientes, aliada à utilização de fontes alternativas e ao reuso de efluentes.

Reduzir volume e melhorar qualidade dos efluentes gerados mediante pré-tratamento e reuso de efluentes, além da redução do consumo de água.

Situação Atual (31/12/2016)

I. Fontes de água utilizadas e disponíveis

a. Água tratada fornecida pelo SAAE de Juazeiro/ BA- É utilizada em cozinhas, banheiros, limpeza dos edifícios e lavagem de veículos.

Gráfico 1: Consumo mensal de água tratada na 6ª SR de 2014 a 2016

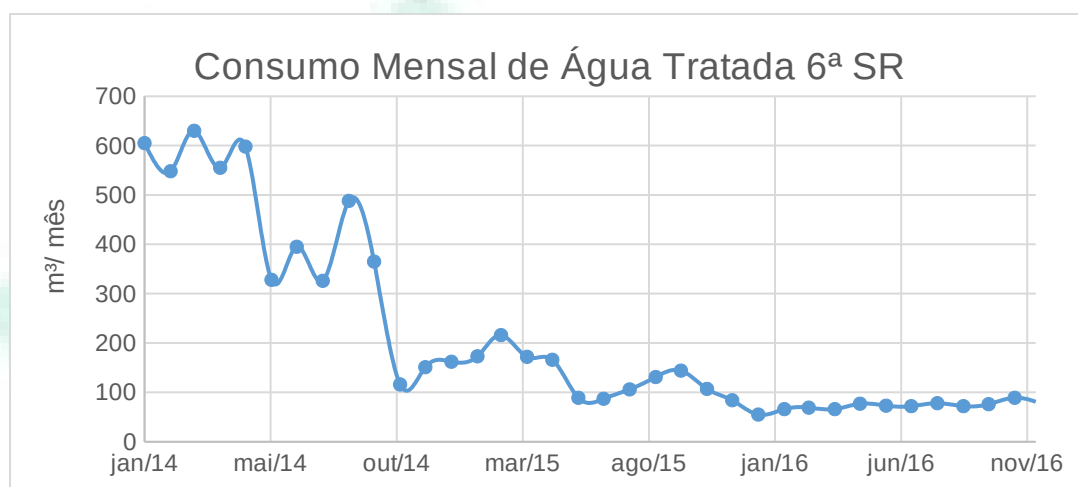
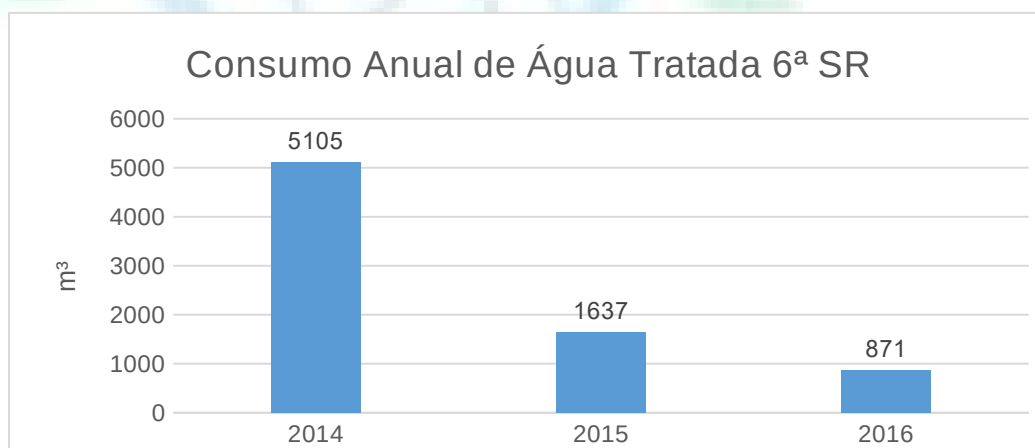


Gráfico 2: Consumo anual de água tratada na 6ª SR de 2014 a 2016



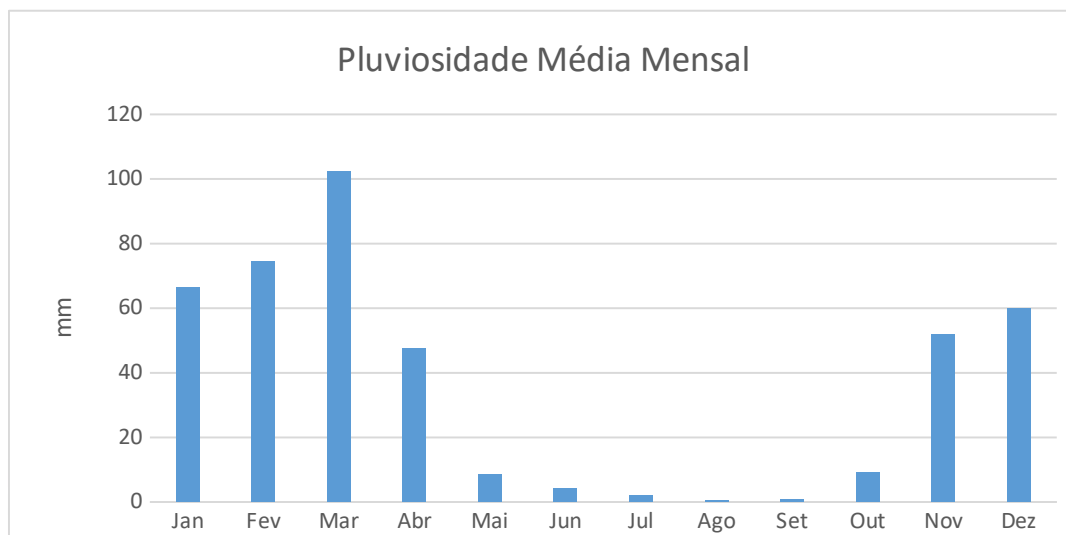
b. Poço tubular instalado nas dependências da 6ª SR

Atualmente fornece água para irrigação dos jardins e do campo da Assemco. Há possibilidade desta fonte suprir alguns fins não potáveis, como sanitários, mictórios e limpeza dos edifícios, porém sua vazão disponível já é completamente utilizada.

c. Água de chuva

O período chuvoso na região está compreendido entre os meses de dezembro e abril, sendo geralmente março o de maior pluviosidade.

Gráfico 3: Pluviosidade média mensal registrada para Juazeiro/ BA



Fonte: Estação

Pluviométrica de Campo dos Cavalos, Juazeiro/ BA (Hidroweb/ ANA, 2017)

Analisando a série histórica gerada pela estação pluviométrica de Campo dos Cavalos, no município de Juazeiro/ BA, que opera desde 1947 e possui 66 anos sem falhas, foram estimados, com 95% de probabilidade, os volumes máximos e mínimos captáveis pelas coberturas dos edifícios da 6ª SR.

Tabela 1: volume de água de chuva potencialmente captável a 95% de probabilidade

Edifício	Cobertura (m ²)	Volume mínimo anual esperado (m ³)
Principal	1.605	191
UME	1.122	133
Itaparica	298	35
Itaparica (anexo)	171	20
Posto	285	34
Galpão	294	35
Total	3.775	449

Atualmente não há estruturas de captação e armazenamento instaladas. Há diversos usos não-potáveis, como irrigação, lavagem de veículos e descargas de sanitários, que poderiam ser supridos em parte do ano por esta água. Utilizar todo o volume de chuva é inviável, pois as precipitações se concentram em poucos meses e as estruturas de preservação teriam que ser muito grandes. O consumo médio mensal de água potável da 6ª SR atualmente é de pouco menos de 100 m³ e as principais demandas são não potáveis: descargas de sanitários e lavagem de veículos. Foi observado na série histórica de pluviometria que em 93% dos anos, há ao menos 1 dia com precipitação acumulada suficiente para somar este volume.

d. Efluentes gerados e destinação final

Há geração de efluentes em banheiros, cozinhas/ copas e no posto de lavagem de veículos. Todos os esgotos são destinados à rede coletora municipal. No posto de lavagem não há estruturas de desarenação e separação de água e óleo.

Ações já Realizadas para Racionalização Quantitativa do Uso de Água nos Últimos Anos

- a) Revisão completa da rede hidráulica para contenção de vazamentos;
- b) Substituição de torneiras de rosca por automáticas de pressão nos banheiros reformados;
- c) Instalação de sanitários com caixas acopladas apoiadas limitadoras de consumo;
- d) Instalação de adesivos (campanhas A3P) adjacentes a todas as torneiras;
- e) Elaboração de projeto para tratamento complementar da água recebida da rede municipal de abastecimento, já que durante as cheias do rio São Francisco há elevação da turbidez e a estrutura de tratamento municipal encontra-se defasada para atender os padrões de potabilidade no período.

Nos gráficos 1 e 2 apresenta-se o consumo de água tratada nos últimos três anos. Percebe-se acentuada queda, explicada pela adoção das medidas adotadas acima.

Metas

- 1** - Reduzir em 50% o consumo de água tratada até 31/12/2015 (alcançada em 31/12/2015);
- 2** - Reduzir em 75% o consumo de água tratada até 31/12/2016 (alcançada em 31/12/2016);
- 3** – Reduzir em 80% o consumo de água tratada até 31/12/2017 (alcançada em 31/12/2016);
- 4** – Reduzir em 85% o consumo de água até 31/12/2018;
- 5** - Reduzir em 90% o consumo de água até 31/12/2019;
- 6** – Instalar até 31/12/2018 sistema de desarenação e separação de água e óleo para pré-tratamento dos efluentes oriundos do posto de lavagem de veículos;
- 7** – Garantir até 31/12/2019 que 20% da água utilizada para irrigação e lavagem dos pisos e veículos seja proveniente de captação de água da chuva.
- 8** – Instalar até 31/12/2019 sistema para tratamento de águas cinzas visando reuso para irrigação.

Cronograma de Iniciativas e Matriz de Responsabilidades

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Substituição das torneiras de rosca ou alavanca por modelos de fechamento automático nos banheiros não reformados, à medida que for encerrando a vida útil de cada item.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
2	Instalação de sistema de coleta de água de chuva e de água de condensação dos aparelhos condicionadores de ar visando uso para fins não-potáveis	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
3	Priorizar o uso de produtos de limpeza biodegradáveis.	CONTÍNUA	Empresa contratada para os serviços gerais, com supervisão da 6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	-
4	Substituir gradativamente as caixas de água e/ ou válvulas dos vasos sanitários por modelos ecológicos-econômicos. ¹	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
5	Instalação de sistema de tratamento complementar da água recebida da rede municipal de abastecimento para garantia de disponibilidade de água potável durante todos os períodos do ano.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
6	Intensificar campanhas de sensibilização para redução de desperdícios de água.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, 6ªCP, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
7	Instalar adesivos (campanhas A3P) nos banheiros, copas e tomadas das dependências da Codevasf, visando sensibilizar os empregados.	TEMPORÁRIA	Comissão do PLS e 6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
8	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos dos serviços de limpeza e jardinagem, treinamento periódico da equipe contratada sobre educação ambiental e práticas de sustentabilidade. ²	CONTÍNUA	6ª GRA/USA, 6ª SL, 6ª AJ, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	31/12/2019
9	Instalação de sistema para tratamento de águas cinzas e reuso para irrigação dos jardins.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
10	Instalação de sistema desarenador e separador de água e óleo para efluentes gerados no posto de lavagem de veículos.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
<p>¹ - Vasos sanitários com caixa acoplada com válvula e dois acionamentos, líquidos e sólidos. ² - O treinamento das práticas inclui: manejo racional da água, evitar desperdícios, emissão de poluentes, dentre outros.</p>					

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	APURAÇÃO
Volume de água tratada	Quantidade de água adquirida da empresa de saneamento que atende o município de Juazeiro - BA	Anual
Gastos com água tratada	Valor gasto com aquisição de água fornecida pela empresa de saneamento que atende o município de Juazeiro - BA	

6.11. Deslocamento de Pessoal

O transporte possibilita o descolamento de bens, mercadorias e pessoas, assim é uma atividade necessária para o desenvolvimento da sociedade. Contudo, seu uso implica em impactos ambientais como o aumento no consumo de recursos naturais (ex: petróleo), aumento da poluição sonora e do ar. Dessa forma, é de extrema importância a promoção de práticas sustentáveis, visando reduzir esses impactos.

Os veículos automotores são um dos principais causadores dessa poluição em todo o mundo. As emissões causadas por veículos carregam diversas substâncias tóxicas que, em contato com o sistema respiratório, podem produzir vários efeitos negativos sobre a saúde. A poluição do ar nas cidades é hoje uma das ameaças à nossa qualidade de vida.

Práticas sustentáveis como caminhada e ciclismo além de oferecer benefícios à saúde e menor custo pode ser aliada a locomoção para o trabalho, reduzindo os impactos a saúde e ao meio ambiente.

Visando a promoção de práticas sustentáveis, segue abaixo as ações previstas para a redução dos impactos ambientais com o deslocamento de pessoal, com foco na redução de gastos e de emissões de substâncias poluentes.

- **Objetivo do plano de ação**

Reduzir a emissão de substâncias poluentes e custos operacionais dos deslocamentos, bem como promover ações destinadas a planejar, racionalizar e reduzir os deslocamentos de veículos da Empresa.

- **Detalhamento de implementação das ações**

Visando a atingir os objetivos acima pensou-se em diversas iniciativas como: Campanhas de conscientização do uso do serviço de transporte, através de e-mails e cartazes, capacitação para o uso sustentável do serviço de transporte através de palestras ou cursos, intensificar a divulgação do uso de videoconferência, incentivar o uso de bicicleta e caminhada para locomoção ao trabalho, implantação do bicicletário, incentivar e viabilizar o uso de combustível renovável (etanol, biodiesel), disponibilizar vestiários com chuveiro e armários aos servidores que utilizarem bicicleta ou caminhada/corrida, incentivar os funcionários a adquirirem bicicletas, estabelecer nos termos de referência, editais e contratos, no mínimo, três critérios de

sustentabilidade nas compras de veículos automotores e/ou sua manutenção e implantar restaurante na empresa reduzindo o uso de automóveis.

Unidades e áreas envolvidas pela implementação de cada ação e respectivos responsáveis.

Os responsáveis pela aplicação das ações serão a GRA/USA e a comissão do PLS.

Metas

- 1 – Aumentar até 31/12/2019, em 5% o número de funcionários que passaram a usar modo e transporte menos poluente (caminhada, bicicleta);
- 2 – Aumentar até 31/12/2019 em 20% campanhas de conscientização;
- 3 – Aumentar até 31/12/2019 em 10% o número de capacitação para o uso sustentável;
- 4 – Aumentar até 31/12/2019 em 10% o número de videoconferências;
- 5 – Implantar até 31/12/2019 100% do bicicletário;
- 6 – Aumentar até 31/12/2019 15% o número de funcionários que usam álcool nos carros;
- 7 – Implantar até 31/12/2019 100% do vestiário;
- 8 – Aumentar até 31/12/2019 em 10% o número de funcionários que adquiriram bicicleta;
- 9 – Aumentar até 31/12/2019 em 20% os Termos de referências com exigências sustentáveis;
- 10 – Implantar até 31/12/2019 em 100% do restaurante na empresa;
- 11 – Redução até 31/12/2019 de passagem aérea em 10%.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades

ITEM	INICIATIVA	ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	INÍCIO	TÉRMINO
1	Campanhas de conscientização do uso do serviço de transporte, através de e-mails e cartazes	Contínua	6ªGRA/USA, 6ª GRA/UGP, com apoio da Comissão do PLS da 6ª	Aprovação do PLS	
2	Capacitação para o uso sustentável do serviço de transporte através de palestras ou cursos	Contínua	6ª GRA/UGP	Aprovação do PLS	
3	Intensificar a divulgação do uso de videoconferência	Contínua	6ª GRA/USA e 6ª GRA/UTI	Aprovação do PLS	
4	Incentivar o uso de bicicleta, caminhada para locomoção ao trabalho	Contínua	6ª GRA/USA com apoio da Comissão do PLS da 6ª	Aprovação do PLS	
5	Implantação do bicicletário	Temporária	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2018

6	Incentivar e viabilizar o uso de combustível renovável (etanol, biodiesel)	Contínua	6ª GRA/USA com apoio da Comissão do PLS da 6ª	Aprovação do PLS	
7	Disponibilizar vestiários com chuveiro e armários aos servidores que utilizarem bicicleta ou caminhada/corrida	Contínua	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	
8	Incentivar os funcionários a adquirirem bicicletas	Temporária	6ª GRA/USA com apoio da Comissão do PLS da 6ª	Aprovação do PLS	31/12/2019
9	Estabelecer nos termos de referência, editais e contratos, no mínimo, três critérios de sustentabilidade nas compras de veículos automotores e/ou sua manutenção	Contínua	6ª GRA/USA e 6ª SL	Aprovação do PLS	
10	Implantar restaurante na empresa reduzindo o uso de automóveis	Temporária	6ª GRA/USA com apoio da Comissão do PLS da 6ª	Aprovação do PLS	31/12/2019
11	Redução de compra de passagem aérea	Contínua		Aprovação do PLS	

Indicadores

ITEM	NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
1	Funcionários que usam bike, corrida ou caminhada	Quantidade	Anual
2	Conscientização (palestras, e-mails, folders)	Quantidades	Anual
3	Capacitação na área sustentável	Quantidades	Anual
4	Videoconferência	Quantidades	Anual
5	Implantação do bicicletário	Unidade	Anual
6	Uso de Etanol como combustível	Quantidades de pessoas que passaram a utilizar	Anual
7	Vestiário	Implantação	Anual
8	Aquisição de bicicleta	Quantidades de funcionários	Anual
9	Termos de referência sustentáveis	Quantidades	Anual
10	Implantação do restaurante na empresa	Implantação	Anual
11	Termos de referência sustentáveis	Quantidades	
12	Passagens aéreas	Quantidades	Anual

Previsão de recursos financeiros, humanos, instrumentais, entre outros, necessários a implementação das ações

Sem previsão.

6.12. Qualidade de Vida (Mara)

O conceito de sustentabilidade precisa estar associado à qualidade de vida das pessoas e do ambiente natural. De acordo com Pilatti e Bejarano (2005), esse conceito está “relacionado à satisfação dos funcionários quanto à sua capacidade produtiva em um ambiente de trabalho seguro, de respeito mútuo, com oportunidades de treinamento e aprendizagem e com o equipamento e facilidades adequadas para o desempenho de suas funções”.

A CODEVASF dispõe de acompanhamento médico periódico, campanha de vacinação, ginástica laboral, campanhas de conscientização e prevenção, bem como incentivo ao voluntariado. O

acompanhamento anual dos afastamentos médicos proporciona um controle mais efetivo do absenteísmo e desenvolvimento de doenças ocupacionais.

Tais ações estão instituídas no Programa de Qualidade de Vida que foi implementado através da Resolução nº 729/2010 e tem como alicerce as seguintes vertentes:

(a) Prevenção: implicam em ações visando prevenir o surgimento de doenças ocupacionais, com foco nas condições de trabalho, organização do trabalho, relações socioprofissionais, reconhecimento e crescimento profissional, elo trabalho-vida social, ginástica laboral e SIPAT;

(b) Prevenção e Assistência: visam, ao mesmo tempo, prevenir novas doenças / casos e oferecer tratamento para os casos já existentes.

Envolvem ações voltadas para tabagismo, dependência química e alusão às datas comemorativas em saúde (metas do PCMSO);

(c) Assistência: visam oferecer suporte aos empregados que se encontram em situações específicas, tais como inclusão de PNE's, acompanhamento psico-sócio funcional e Preparação para o Pós-carreira – Aposentadoria e PDI.

a) Ações Previstas para ações de Qualidade de Vida

As ações em favor da qualidade de vida no ambiente de trabalho propostas neste plano têm como objetivo principal desenvolver e implementar políticas de promoção à saúde, à segurança e à assistência social dos empregados, bem como favorecer o processo de interação no trabalho.

Metas

Envolver no mínimo 80% dos empregados e colabores nas ações do Programa de Qualidade de Vida, dentre outras relacionadas ao tema.

- 1 – Realizar 1 (uma) palestra de conscientização por ano;
- 2 – Realizar inspeção 2 (duas) vezes por semana nas dependências da empresa;
- 3 – Prática de atividade física de 40% do corpo funcional até 31/12/2019;
- 5 – Adesão dos móveis da sala de descanso até 30/06/2018;
- 5 – Adesão ao programa assim que for implementado pela sede;
- 6 – Promover o atendimento e apoio sempre que houver demanda;
- 7- Disponibilizar assentos adequados para obesos até 31/12/2019;
- 8 – Realizar campanha de vacinação 1 (uma) vez por ano;
- 9 – Reservar cadeiras adequadas para cadeirantes e portadores de necessidades especiais até 31/12/2019.

Cronograma de Iniciativas e matriz de responsabilidades

Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Intensificar palestras sobre prevenção em Saúde e drogas no ambiente de trabalho.	CONTÍNUA	6ª GRA/UGP	Aprovação do PLS	
2	Intensificar as avaliações periódicas e permanentes dos ambientes da Empresa.	CONTÍNUA	CIPA e SESMT	Aprovação do PLS	
3	Implementar programa de incentivo aos servidores e colaboradores para prática de atividades físicas.	CONTÍNUA	6ª GRA/UGP e CIPA	Aprovação do PLS	-
4	Adquirir os móveis necessários para a conclusão da sala de descanso.	TEMPORÁRIA	6ª GRA	Aprovação do PLS	30/06/2018
5	Aderir ao programa de prevenção, tratamento e apoio à dependência química em álcool e outros tipos de drogas que será implantado pela sede.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/UGP	Implantação do Programa	
6	Promover atendimento e apoio aos dependentes químicos em álcool e outros tipos de drogas.	CONTÍNUA	6ª GRA/UGP	Aprovação do PLS	-
7	Disponibilizar no auditório 2 assentos apropriados para pessoas obesas.	TEMPORÁRIA	6ª GRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
8	Manter o programa de vacinação preventiva contra a gripe Influenza Sazonal e H1N1.	CONTÍNUA	6ª GRA/UGP	Aprovação do PLS	-
9	Reservar vagas para cadeirantes e portadores de necessidades especiais – PNEs nos auditórios, salas de espera e salas de reuniões.	TEMPORÁRIA	CIPA e AA/GSA	Aprovação do PLS	31/12/2019

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AVALIAÇÃO
Participação dos servidores nos programas e/ou ações voltadas para a qualidade de vida no trabalho	(Quantidade de servidores que participaram de programas ou ações de qualidade de vida/total de servidores da instituição) x 100	ANUAL

6.13. Energia elétrica

O uso adequado dos recursos energéticos, consumindo o mínimo de energia elétrica possível e utilizando medidas de conservação de energia, sem prejuízo ao conforto e a produtividade, diminui os impactos ambientais e promove maior benefício social.

Neste sentido a CODEVASF vem realizando campanhas de sensibilização para que os empregados desliguem os aparelhos eletrônicos, como ar-condicionado, computadores e impressoras sempre que encerrar o turno do expediente.

Rondas nos andares são realizadas, todos os dias, pelo serviço de vigilância para verificar se as salas estão com as luzes e os aparelhos elétricos desligados, salvo aqueles para os quais haja instruções da necessidade de estarem ligados. Desta forma, ações e campanhas de sensibilização aos empregados e colaboradores para contenção destes gastos é de fundamental importância e devem ser realizadas constantemente para que se possa alcançar as metas pretendidas.

Para redução dos gastos com energia elétrica deverá ser elaborado e contratado um projeto para adequação de toda estrutura de instalação elétrica e adoção de ações necessária para tal fim, conforme cronograma de iniciativas, metas e matriz de responsabilidades.

f) Ações previstas para redução do uso da energia elétrica

Objetivos

Promover a utilização racional e consciente da energia elétrica combatendo o desperdício e contribuindo para o uso racional dos recursos energéticos.

Para a promoção do uso consciente e racional de energia elétrica deverão ser cumpridas e apensadas as atividades previstas no cronograma de iniciativa e matriz de responsabilidades, as boas práticas previstas no Anexo I da Portaria nº 23, de 12 de fevereiro de 2015 do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão.

Metas

Reduzir em 2,0% o consumo de energia (kWh) ao final de 2017 em comparação ao ano de 2016.

- 1 - Reduzir em 10% o consumo de energia até 31/12/2018;
- 2 - Reduzir em 20% o consumo de energia até 31/12/2019;
- 3 – Reduzir em 30% o consumo de energia até 31/12/2020;
- 4 – Reduzir em 40% o consumo de energia até 31/12/2021;
- 5 - Reduzir em 50% o consumo de energia até 31/12/2022.

Cronograma de iniciativas e matriz de responsabilidades:



Item	Iniciativa	Atividade	Responsável	Início	Término
1	Intensificar campanhas de sensibilização e conscientização com vistas à introdução de uma cultura de utilização racional dos recursos energéticos.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
2	Realizar campanhas orientativas aos empregados, secretárias, recepcionistas, estagiários e funcionários terceirizados quanto ao uso do aparelho de ar condicionado com sala vazia.	CONTÍNUA	6ªGRA/USA, CP, com apoio da comissão do PLS	Aprovação do PLS	-
3	Intensificar o uso, bem como a manutenção do sistema de ar-condicionado central, com a utilização de gás ecológico. ² .	CONTÍNUA	6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-
4	Elaborar e implementar projeto para instalação de sistema fotovoltaicos na cobertura do edifício, para captação de energia solar e geração de energia.	TEMPORÁRIA	Empresa contratada, com a supervisão da 6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
5	Elaborar e implementar projeto para instalação de sistema de iluminação de LEDs em substituição ao sistema atual (implantação gradativa).	CONTÍNUA	Empresa contratada, com a supervisão da 6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	
6	Elaborar e implementar projeto para automatização das instalações elétricas (sensores, temporizadores, centrais programáveis, etc.), nos banheiros e corredores.	TEMPORÁRIA	Empresa contratada, com a supervisão da 6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	31/12/2019
7	Monitorar a inspeção termográfica. Verificar se a mesma está sendo feita em período adequado.	CONTÍNUA	Empresa contratada, com a supervisão da 6ªGRA/USA	Aprovação do PLS	-

¹ - Visando a redução dos custos de iluminação e consumo de energia, luz confortável e instalação de iluminação individual.

² - São gases que não emitem CFCs (clorofluorcarbonos), substâncias à base de cloro que são muito prejudiciais à saúde do homem e ao meio ambiente.

Indicadores

NOME DO INDICADOR	DESCRIÇÃO	AValiação
Consumo de energia elétrica	Quantidade de kwh consumidos	ANUAL
Comparativos de gastos dos anos de 2015 com 2016	Valor (R\$) gasto com energia elétrica	

7.Implementação das Ações

Para implementação do PLS da CODEVASF/6ªSR, é primordial sua institucionalização. Para que isso ocorra, o plano deverá ser homologado pela Superintendência. Seguindo

os trâmites para institucionalização, o mesmo deverá ser publicado no site da CODEVASF, conforme preconiza o art. 12 da IN nº 10 de 2012.

Após institucionalização e publicação, será formada comissão para implementação e gestão do PLS da 6ªSR, composta por empregados que tenham perfil pró-ativo e conhecimento/afinidade com o tema responsabilidade socioambiental.

A Comissão de gestão tem como função precípua, de acordo com art. 6º, § 2º, da IN nº 10/2012, elaborar, monitorar, avaliar e revisar o PLS. A Comissão, inicialmente, encaminhará às áreas competentes, os planos de ações para conhecimento e execução de suas atividades, conforme previsto no **item 6 – Práticas de Sustentabilidade e de Racionalização do Uso de Materiais e Serviços.**

Antes do início da execução das ações, a Comissão realizará reunião com a unidade orgânica responsável, visando orientar os trabalhos. Os trabalhos serão monitorados, avaliados e os resultados divulgados, na forma de relatórios semestrais.

Cabe ressaltar que todas as ações propostas por este Plano de Gestão de Logística Sustentável da CODEVASF/6ªSR estão sujeitas à disponibilidade de recursos orçamentários.

8. Recursos Necessários

Parte das boas práticas de sustentabilidade e da racionalização de materiais requer investimentos em infraestrutura, em logística e na especialização de pessoal para que possa ser adequadamente implementada. Tratam-se de investimentos na administração da unidade e, portanto, dependerão de uma priorização por parte dos gestores da Empresa. Vale destacar que a prioridade dada pelos gestores refletirá, externamente, o grau de evolução e preocupação da Empresa com a temática de responsabilidade socioambiental.

Além disso, nada impede que sejam encontradas fontes alternativas para viabilizar a implantação das ações contidas neste plano, a exemplo de fundos nacionais e internacionais relacionados com o tema, destaques orçamentários, parcerias sem transferência de recursos etc.

Cada unidade orgânica responsável pelo cumprimento de um Plano de Ação fará o levantamento dos recursos necessários à sua implementação. Em um eventual cenário de restrição de recursos, a Comissão de gestão do PLS, em conjunto com a Direção da Empresa, definirá quais ações serão tratadas como prioritárias.

9. Ações de divulgações, conscientização e capacitação na Empresa

As publicações, materiais educativos e informativos, como: cartilhas, banners, folders, manuais, folhetos e boletins, são partes integrantes do Programa de Educação Ambiental – PEA da Empresa instituído pela Resolução nº154, de 22/02/2013. O PEA está fundamentado no Programa Mundial de Educação e nas disposições da Lei federal nº 9.795/99 e nos princípios gerais da Educação Ambiental que fortalecem a conscientização das questões ambientais por meio da sensibilização, compreensão, responsabilidade, competência e cidadania.

Seguindo a tendência preservacionista para evitar o desperdício, à redução de papel e consequentemente o gasto público, as publicações de informação, sensibilização e conscientização elaborados pela Empresa, para os empregados foram todas disponibilizadas na forma física e virtual no site Oficial da CODEVASF. Tais publicações contêm informações simplificadas e atraentes, abordam diversos temas como: saneamento básico, transporte sustentável – bicicleta, uso adequado e racional de energia elétrica, água, telefonia, resíduos sólidos, agrotóxico, esgotamento sanitário e outros, aparecem sob a forma de mensagens ilustradas, linguagem simples, abrangente e orientativas.

Cabe ressaltar que também são desenvolvidas, em cumprimento à Agenda Socioambiental da Empresa, ações sistêmicas e dinâmicas por meio de oficinas, palestras, exposições, dias temáticos, mostra fotográfica e outros, alusivas às datas comemorativas dos dias: Mundial da Água, Mundial da Bicicleta, Internacional da Reciclagem, Mundial de Ir de Bike ao Trabalho, Internacional da Reciclagem, Mundial do Meio Ambiente, Nacional do Ciclista, da Árvore, Mundial sem Carro, do Consumo Consciente, dentre outros.

10. Mecanismos de Monitoramento e Avaliação das Ações Implementadas

O monitoramento e a avaliação serão realizados pela Comissão Gestora do PLS DA CODEVASF/6ªSR que deverá reavaliar o plano anualmente, propondo a revisão de ações e, se for necessário, revisão das metas e indicadores, e a inclusão de novas iniciativas para os exercícios seguintes, em atendimento ao art. 14 **da IN nº 10 de 2012**, o qual solicita que ao final de cada ano, a elaboração e envio de relatório de acompanhamento das ações realizadas. Para tanto, adotará os seguintes procedimentos:

Realização de reuniões ordinárias a cada 60 dias entre os seus membros;

Solicitação de relatórios dos setores das unidades orgânicas da CODEVASF sobre os itens ou ações a serem avaliados. A solicitação dos relatórios será realizada com antecedência aproximada de 90 dias do prazo de elaboração dos relatórios;

Acompanhamento das metas estabelecidas no PLS DA CODEVASF/6ªSR;

Publicação das ações de sustentabilidade já realizadas, no site da CODEVASF e nas redes sociais.

11. Divulgação

Conforme orientado na IN nº 10/2012, o Plano de Gestão de Logística Sustentável da CODEVASF/Sede será disponibilizado na página principal da Empresa no link (<http://www.CODEVASF.gov.br/plano-de-logistica-sustentavel-6ªSR>) e criado e-mail institucional (PLS6ªsr@codevasf.gov.br) como canal direto de comunicação entre funcionários e a comissão de implementação e gestão do PLS da CODEVASF/6ªSR.

A comissão de implantação e gestão do PLS deverá apresentar resultados e elaborar relatório, conforme previsto nos Artigos 13 e 14 da IN 10/2012:

Art. 13. Os resultados alcançados a partir da implantação das ações definidas no PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL deverão ser publicados semestralmente no site dos respectivos órgãos ou entidades, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores.

Art. 14. Ao final de cada ano deverá ser elaborado relatório de acompanhamento do PLS de forma a evidenciar o desempenho de cada órgão ou entidade, contendo:

I – consolidação dos resultados alcançados; e

II – identificação das ações a serem desenvolvidas ou modificadas para o ano subsequente.

Parágrafo único. Os relatórios deverão ser publicados no site dos respectivos órgãos ou entidades e encaminhados eletronicamente à Secretaria Executiva da CISAP.

13. Considerações Finais

Considerando que a SUSTENTABILIDADE é uma preocupação constante diante das condutas individuais da sociedade e da modernização;

Considerando os princípios da eficiência e da eficácia no uso dos recursos públicos que devem ser observados de maneira a contemplar em um só produto os requisitos da economia, da qualidade e do menor impacto ambiental;

Considerando que o PLS baseia-se na otimização do uso sustentável da água, da energia elétrica, de materiais permanentes e de consumo, sob a ótica de melhoria da qualidade de vida no ambiente institucional;

Considerando que o PLS é constante, dinâmico, com o objetivo de alcançar as metas propostas e contribuir para um ambiente melhor.

Mister se faz a aprovação, publicação e a implantação do Plano de Gestão de Logística Sustentável da CODEVASF/6ªSR.

14. Referências

1. Coleta Seletiva Solidária. Disponível em:
<http://www.brasil.gov.br/sobre/cidadania/brasil-sem-miseria/rural/coletaseletiva-solidaria>. Acesso em: 11/08/2014.
2. Constituição Federal de 1998 – Art. 225. Disponível em: www.planalto.gov.br/legislacao. Acesso em: 09/05/2014.
3. Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm. Acesso em 21/09/2014
4. Decreto nº 7746 de 05 de junho de 2012. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7746.htm. Acesso em: 25/08/2014.
5. <http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/>
6. <http://portal.anvisa.gov.br/wps/wcm/connect/3ce8080047fe1a8abc40be9f306e0947/RDC+52.2009.pdf?MOD=AJPERES>. Acesso em: 21/08/2014.
7. Instrução Normativa nº10 de 12 de novembro de 2012. Disponível em:
<http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wpcontent/uploads/2012/11/Instru%C3%A7%C3%A3o-Normativa-10-2012.pdf>. Acesso em: 25/08/2014.
8. Portaria nº 2, de 16 de março de 2010. Disponível em:
<http://www.comprasnet.gov.br/PortalCompras/portais/tic/livre/MinutaPortaria02-16032010.pdf>. Acesso em: 21/09/2014.
9. Programa da Eficiência do Gasto Público-PEG. Disponível em:
http://www.planejamento.gov.br/link_secretaria.asp?cod=1849&cat=262&sec=8&sub. Acesso em: 01/08/2014.
10. Programa Nacional de Conservação da Energia Elétrica- Procel. Disponível em:
<http://www.eletronbras.com/elb/procel/main.asp>. Acesso em: 11/08/2014.

11. Projeto Esplanada Sustentável- PES. Disponível em:
<http://www.orcamentofederal.gov.br/projeto-esplanada-sustentavel>. Acesso em:
01/08/2014.

**Comissão de Elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável
da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do
Parnaíba- CODEVASF/6ª SR (Decisão nº 078 de 21 de outubro de 2016)**

Janaina Teixeira da Silva – Presidente – 6ªGRR/UMA

Belquior Scalzer Carlini - 6ªGRR/UMA

Fábio Alves Torres – 6ª GRA/USA

Paulo Sérgio Nascimento Matos – 6ªGRA/USA

Regimara Barbosa do Nascimento – 6ª GRA/UGP

Valmara de Souza Sandes - 6ªGRD/UEP

Zilton Alves de Souza Filho – 6ªGRI/UAP
